

# PATRIMONIALIDADE AMBIENTAL E PERTENCIMENTO EM ASSENTAMENTOS RURAIS. REFLEXÕES E INDICADORES DE PESQUISA

*Claudionor Renato da Silva\**  
*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante\*\**

**Resumo:** Patrimonialidade ambiental e pertencimento são conceitos e propostas para gestão ambiental. Órgãos gestores e comunidades compartilham saberes, esforços e orientam ações para transformação social, ecológica e ambiental, política, cultural e econômica. O objetivo deste trabalho em andamento é estudar a aplicabilidade e a potencialidade desses conceitos nos assentamentos rurais referentes às questões do meio ambiente. Com a metodologia do estudo de caso e também com base na análise de ampla bibliografia, constatam-se: a presença dos conceitos pesquisados; conflitos e desencontros entre órgãos gestores, políticas públicas e os posicionamentos dos assentados para as questões ambientais.

**Palavras chave:** Patrimonialidade ambiental. Gestão ambiental. Assentamentos rurais.

**Abstract:** Environmental patriminality and belonging are concepts and proposals for environmental management. Management organizations and community share knowledge, efforts and guide actions for social, ecologic and environmental, political, cultural and economical transformation. The objective of this study in ongoing is to analyse appliance and potentiality of these concepts in rurals settlements concerning environment questions. Using the methodology of case study and on the basis of an enlarged bibliography we can verify the presence of researched concepts; conflicts and divergency among management organizations, public policies and settlers' positions referring to environmental issues.

**Keywords:** Environmental patriminality. Environmental management. Rural settlements.

## INTRODUÇÃO

Patrimonialidade ambiental e pertencimento são conceitos que vêm se configurando como instrumentos de ações conjuntas entre órgãos gestores,

---

\* Graduando em Pedagogia (UNIARA) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR)

\*\* Coordenadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Coordenadora do NUPEDOR e Pesquisadora do CNPq.

universidades e assentados para promoção de uma gestão de áreas de reserva legal e proteção permanente, bem como aquelas que promovem a recuperação desses espaços que incluem também áreas disponíveis nos lotes de produção.

É um olhar para as questões ambientais a partir da visão dos assentados, os envolvidos diretos, nas relações concretas do assentamento, que convergem com suas histórias de vida e saberes, os quais compartilhados com os saberes sistematizados técnicos e de extensão podem gerar uma efetiva transformação ambiental, social, cultural e política. Grande parte dos resultados aqui apresentados foram coletados em formulários aplicados entre novembro e dezembro de 2008 e em saídas a campo com conversas com assentados no grupo de pesquisas NUPEDOR, em projeto financiado pelo CNPq “Assentamentos e desenvolvimento: bloqueios, tensões e perspectivas (uma análise comparativa entre regiões diferenciadas)” (CNPq, 2007-2010) coordenado pela professora Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.

Essa vertente ambiental justifica-se pelo fato de não podermos considerar desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais dissociado da regulação e preservação de uso dos recursos naturais disponíveis, especialmente os recursos hídricos e de qualidade do solo. Esse processo por sua vez também não pode estar associado a ações isoladas, ao contrário, deve estar atrelado à ação dos órgãos gestores e aos assentados, os agentes (atores) sociais mais importantes.

Seja nas ações de projetos orientados pelos Órgãos Gestores dirigidos diretamente aos assentados ou sob outra forma, o contexto educacional e, portanto, a Escola do Campo é o lugar que permite essa veiculação de informações e ações para novas construções imaginárias que possam se traduzir em resultados efetivos de transformação social e preservação ambiental.

Objetiva-se, neste artigo, estudar os conceitos de patrimonialidade ambiental e pertencimento no contexto dos assentamentos rurais no que concerne a projetos de gestão de reservas legais e áreas de proteção permanente, bem como de propostas de recuperação ambiental desses espaços.

## 1 MARCO TEÓRICO: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO AOS CONCEITOS

### 1.1 PATRIMONIALIDADE AMBIENTAL

Segundo Vieira e Weber (2000), a abordagem da Patrimonialidade Ambiental está em estudo desde o final da década de 60 do século passado fruto do polêmico artigo de Garret Hardim intitulado “A Tragédia dos Comuns” no ano de 1968 .

A idéia básica de Hardim é de que os recursos da natureza são propriedade comum e o acesso livre que acontecia já naquela época na corrida capitalista dos lucros traria duas tragédias inevitáveis: (1) desconsiderava os grupos envolvidos nessas comunidades exploradas, incluindo aí seus interesses e necessidades e (2), num curto espaço de tempo, os recursos seriam degradados, destruídos. A proposta então era privatizar esses espaços com mecanismos usuais de mercado - pensamento neoliberal.

Hoje se entende que é possível ter acesso aos recursos naturais sem destruí-los, preservar, sem diminuir, a qualidade de vida. Isso por meio de uma proposta de gestão.

Essa gestão patrimonial perpassa a consideração da “(...) diversidade de representações cognitivas dos atores sociais em jogo, a variabilidade envolvida nas diferentes escalas espaciais (do local ao global) e temporais (do curto ao longo prazos)”. (VIEIRA; WEBER, 2000, p.21-22). Portanto, o enfoque patrimonial aplicado ao meio ambiente vai destacar “a dimensão da base transmissível (material e imaterial) dos processos de desenvolvimento num horizonte de longo prazo aliando o problema ambiental às buscas por soluções negociadas envolvendo o conjunto dos atores sociais implicados num contexto de reflexões amplas”. (VIEIRA; WEBER, 2000, p.23).

Esse “problema(s) ambiental(s)” nos assentamentos pode ser verificado na forma como as áreas de reserva legal e proteção permanente estão sendo gestadas, bem como nas áreas dos lotes de produção, cujas áreas também são de importância ambiental.

Para Ferrante et al. (2005) é uma perspectiva de análise centrada no modo de vida multidimensional em que o desafio de permanecer na terra perpassa a integração social e política do entorno. Nos assentamentos rurais as questões de patrimonialidade ambiental e gestão também não “(...) se apresentam como caminho de mão única, exigem a análise das singularidades das ações de resistência, de acomodação ou de conflito, que aparecem sob a forma de impasses e perspectivas no encaminhamento das alternativas de sustentabilidade buscadas na relação com o entorno...”. (FERRANTE et al., 2005, p.39).

Ainda segundo Ferrante et al. (2005), propostas de gestão patrimonial podem estar vinculadas ao desenvolvimento de alternativas para os espaços dos assentamentos.

Para Lopes e Costa (2002), a participação dos assentados nessa patrimonialidade ambiental é indispensável, uma vez que a terra é o eixo central de suas vidas, suas vivências, seus saberes e lutas que se constituíram ao longo de suas trajetórias de diversificação de culturas e na busca de novas alternativas, de novos momentos e de novos possíveis modelos. Particularmente, os assentados da fazenda Monte Alegre (objeto deste estudo) reafirmam os seus elementos culturais e históricos, tendo em contrapartida a posição imposta pelo mercado da agricultura homogênea.

O desenvolvimento de alternativas a partir de suas próprias experiências de vida possibilita que os assentados realizem o consórcio de cultivos, evitando insumos e utilizem a adubação orgânica que permite menores gastos energéticos – fertilizando o solo naturalmente (...) A utilização dos recursos do solo e da água de maneira alternativa produz uma agricultura auto-sustentável e de menor impacto ambiental, permitindo afirmar que os assentados da fazenda Monte Alegre têm resgatado o sentido da sustentabilidade, pois buscam uma melhor qualidade de vida não só para si, mas para toda a comunidade (...). (LOPES; COSTA, 2002, p.227).

O grande desafio nesses espaços para uma gestão repousa na busca de soluções negociadas entre os atores (órgãos gestores, assentados, movimentos sociais, associações e escola) o que exige diálogo para se pensar a transformação e isso pode acontecer pelo viés da educação formal e não formal.

Os resultados esperados nesse processo para promoção da Patrimonialidade Ambiental são:

(...) balizar as reflexões e as iniciativas concretas que buscam garantir potencialidades de adaptação a usos dos recursos naturais ainda não previsíveis atualmente. Expandir a consciência dos ricos potenciais de irreversibilidade das alterações induzidas por diferentes estratégias no futuro, o que sugere a importância das ações que visam minimiza-los daqui para frente. (VIEIRA; WEBER, 2000, p.23).

Portanto, a gestão patrimonial do meio ambiente, segundo Vieira e Weber (2000), atuaria nas seguintes vertentes de ação:

- a) sistemas de representações cognitivas dos atores sociais implicados;
- b) usos possíveis dos recursos;
- c) modalidades de acesso e de controle desses acessos;
- d) modalidades de transferência de direitos de acesso pensando em gerações, em questões de titularidade de lotes no que tange aos assentamentos rurais;
- e) modalidades de repartição dos recursos, exploração.

Evidências em várias partes do mundo constataam que

se o respeito pelo uso sustentado dos recursos torna-se algo compartilhado pela comunidade aumentam as chances de êxito de modalidades de gestão que buscam integrar a experimentação com regimes de propriedade comum, em economias mistas, oportunizando o alcance simultâneo, tanto de uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada de sustentabilidade dos recursos no longo prazo. (VIEIRA e WEBER, 2000, p.33).

Logo tem-se uma “unidade de ação multi-atores” implicando novas formas de co-responsabilidade no trabalho de gestão patrimonial e também um olhar de e sobre cada ator, de si sobre si e para o outro (alteridade). E mais: uma preocupação com o que deixar aos descendentes futuros aquilo que é desfrute hoje (VIEIRA; WEBER, 2000).

Alguns exemplos de ações de patrimonialidade são encontrados em documentações e publicações do ITESP, INCRA e GESTAR.

O Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) a partir de 1995 elaborou um plano de recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema (particularmente, o PA Santa Carmem na cidade de Mirante do Paranapanema) que se pautou nos princípios de gestão através de programas de assistência técnica, capacitação técnico-agrária; conservação dos recursos naturais; apoio à diversificação da produção e implantação de obras de infra-estrutura. (Plano não necessariamente continuado e/ou cumprido). (SÃO PAULO, 2000).

Nesse processo, a comunidade assentada participou ativamente sob os pressupostos da educação ambiental e da discussão participativa nos saberes e vozes desses atores, os assentados, voltando-se para temáticas como: resgate da cidadania, a geração de renda e a produção agrícola. (SÃO PAULO, 2000). O aspecto participativo desses atores é mencionado: “propiciar retorno econômico às famílias assentadas no esforço de recomposição florestal (...) de áreas degradadas (...) pode ser fundamental para viabilizar o presente Plano no seu aspecto participativo” (SÃO PAULO, 2000, p.21). E mais: “oferecem a oportunidade de se traçar um projeto de recuperação ambiental para a região, com participação democrática na gestão desse espaço e dentro de uma nova aliança entre o homem e a natureza” (SÃO PAULO, 2000, p.22).

As ações de gestão do ITESP envolviam permissão de exploração adequada, com orientação técnica e fiscalizadora associada à educação ambiental, resultando na recuperação do meio ambiente.

O manual para elaboração e implantação de projetos de recuperação em assentamentos, formulado pelo governo federal, representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com outros órgãos públicos, aponta como resultados esperados a sensibilização dos assentados quanto à importância da conservação e recuperação ambientais, participação dos mesmos, principalmente com o envolvimento de jovens e crianças em todas as etapas do projeto (BRASIL, 2006a).

Nos Cadernos Gestar nº 1 (Brasil, 2006b) patrimonialidade ambiental e pertencimento estão mais bem articulados em seus objetivos, quais sejam, o do envolvimento e da “participação direta das comunidades, motivando o sentimento de *pertença* (grifo nosso) no território, que fortaleça a capacidade técnica das instituições governamentais e das organizações da sociedade civil”. (BRASIL, 2006b, p.5).

O Gestar se baseia na concepção da “construção participativa de compromissos de gestão ambiental rural, apoiando-se na inter-relação das pessoas nas comunidades, das entidades da sociedade civil organizada, das escolas, das universidades e dos governos sobre um mesmo território” (BRASIL, 2006b, p.7).

Com a leitura dos documentos do Gestar entende-se que será impossível patrimonialidade ambiental e pertencimento desvinculados do compromisso com a sustentabilidade, tendo como componentes decisivos o da articulação, intervenção, comunicação e educação popular (BRASIL, 2006b).

O Plano de Gestão Ambiental Rural (PGAR) é a sistematização dessas ações em que se efetivam a patrimonialidade e o pertencimento a partir de problemáticas de sustentabilidade, conservação, meio ambiente e educação, bem como propostas de soluções possíveis a essas problemáticas, todas articuladas e efetivadas (BRASIL, 2006c).

Esses exemplos demonstram que ações para gestão numa perspectiva da patrimonialidade são possíveis de serem viabilizadas e concretizadas.

## 1.2 PERTENCIMENTO: A DIFÍCIL CONSTITUIÇÃO DE UMA COMUNIDADE

Ferrante (2000) aponta a questão do pertencimento relacionada à fixação na terra, à sobrevivência, à sustentabilidade associada ainda à “liberdade dos assentados escolherem o modo como desejam organizar o lugar, o espaço onde irão viver com a família”. (FERRANTE, 2000, p.14). E o permanecer na terra “a partir de alternativas que produzem um espaço criado com alto nível de diversidade”. (FERRANTE, 2000, p. 7).

A autora apresenta ainda a mobilidade e o dinamismo desse pertencimento nos assentamentos ao dizer que os modos de vida, as condições, saberes, cultura e experiência não são “unívocas, evidentes, muito menos transparentes. Identidades são construídas e reconstruídas, definidas e redefinidas, criadas e recriadas (...)”. (FERRANTE, 2000, p.8).

D’Aquino (1995) reforça o dinamismo do pertencimento apontado por Ferrante (2000) ao dizer que

Embora o olhar que os trabalhadores lançam sobre sua vida hoje seja um olhar marcado por essa violência, a condição de assentados também está refletida na fala que rememora os tempos de luta, pois hoje os trabalhadores se reconhecem diferentes, integrados à vida da comunidade que hoje começa a acolhê-los como cidadãos, ‘gentes do lugar’. (D’AQUINO, 1995, p.7).

Pertencimento se traduz na construção de estratégias familiares pautadas no “exercício do senso prático” (conceito de Bourdieu) dos assentados, os atores sociais fundamentais do processo de fixação na terra concretizados em projetos (FERRANTE, 2000).

O pertencimento leva naturalmente o assentamento “a ser uma unidade de resistência”, conforme define Ferrante, (2000).

Esse respeito à individualidade e à participação de multi-atores (definição de Vieira e Weber, 2000) leva à compreensão do conceito de pertencimento que se concretiza em novas formas de ação, transformação. Isso exige um olhar sistêmico, conforme propõem Vieira e Weber (2000).

A estrutura tácita da consciência é quebrada e acontece “o engajamento patrimonial do maior número possível de cidadãos no exercício ativo da solidariedade intergeracional”. É um pertencimento em ação que nasce do indivíduo, a compreensão pessoal dos poderes em potencial para moldar e mudar o *modus vivendi* que visa o hoje, o amanhã e as gerações vindouras (VIEIRA; WEBER, 2000, p. 36).

Em Sulpino (2002), pertencimento não está atrelado a características exteriores, mas na “atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cuja objetividade não pode ser avaliada independentemente das significações que lhes atribuem os indivíduos no decorrer de suas relações sociais”. (SULPINO, 2002, p. 2).

Para a autora, pertencimento e pertinência implicam em característica no comum e citando Max Weber, “e esta partilha de uma “origem” ou “destino” comum que estabelece um sentido de homogeneidade para os membros de uma comunidade bem como de heterogeneidade entre os diferentes grupos”. (SULPINO, 2002, p. 5).

Nos assentamentos rurais os costumes, os saberes, as habilidades foram e continuam sendo construídos no dinamismo, na interrelacionalidade. Os assentamentos rurais constituem-se em “comunidades políticas”. (FERRANTE, 2005).

Segundo Sulpino (2002) no pertencer há uma partilha de valores, costumes e uma memória comum que nutre uma crença subjetiva numa origem, imprescindível à definição da comunidade de sentido.

Para Vieira e Weber (2000), esse é o potencial adaptativo do comportamento humano, componente de estudos da ecologia cultural. Anterior à qualquer ação, as representações cognitivas condicionadas pela necessidade de sobrevivência geram práticas cotidianas resultantes também de saberes acumulados como crença, mito e valores.

Assim, o pertencimento é um componente decisivo para a gestão patrimonial ambiental e traz a possibilidade de resolução de conflitos (relações de poder) e interesses na busca do comum para o bem de todos e principalmente às futuras gerações.

## 2 METODOLOGIA: OS RUMOS DA PESQUISA

Após a realização de uma pesquisa bibliográfica, foram analisados, nos questionários aplicados aos assentados, indicadores que correspondiam

aos itens “caracterização ambiental”, “sociabilidade e política” e “políticas públicas”.

Esses dados foram tabelados e interpretados tendo como parâmetro as considerações sobre patrimonialidade ambiental (idéias/propostas/indicadores de gestão) e sentimento de pertencimento apresentadas nas respostas dos assentados ao formulário acrescido de visões interpretativas de idas a campo e descritas em diários de Campo, estratégia de pesquisa que vem sendo priorizada no acompanhamento do processo de desenvolvimento – com seus bloqueios e perspectivas – dos assentamentos.

A área de estudo é o Assentamento Monte Alegre Núcleo III, composto por setenta e seis famílias. Foram escolhidas aleatoriamente vinte e uma casas da agrovila para aplicação do questionário.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os questionários aplicados fornecem dados importantes para verificação do tipo de gestão do Núcleo III do Assentamento Monte Alegre relacionando a patrimonialidade ambiental e discussão do pertencimento ao lugar onde vivem, indícios de hábitos/atitudes que se configuram em ações voltadas à sustentabilidade.

São apontados quinze indicadores para gestão patrimonial ambiental e dez indicadores para questões voltadas ao pertencimento que envolvem aspectos da sociabilidade, reconhecimento e participação nas políticas públicas municipais. Esses dez indicadores estão divididos em dois grupos de cinco indicadores.

#### PATRIMONIALIDADE AMBIENTAL

A tabela 1 apresenta os indicadores para a concepção da gestão patrimonial ambiental apresentada por Vieira e Weber (2000).

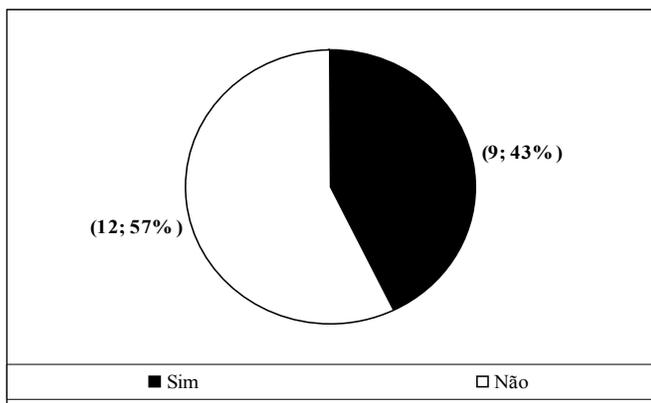
**Tabela 1**  
Indicadores ambientais para a análise da proposta de gestão patrimonial ambiental (construção da pesquisa)

INDICADORES	
PATRIMONIALIDADE AMBIENTAL	Nº de LOTES
<b>1. Origem da água (uso doméstico)</b>	
Rede Coletiva	3
Poço Profundo	5
Poço Caçimba	15
<b>2. Tipos de esgoto</b>	
Rede	
Fossa séptica	9
Fossa negra	12
Mata/córrego	
<b>3. Destino do lixo</b>	
Coleta Prefeitura	19
Queima	3
Enterra	
Mato	
Coleta Cooperativa	
Outro	
<b>4. Destino da matéria orgânica</b>	
Roça	10
Queima	1
Enterra	2
Mato	1
Outro	8
<b>5. Prática agricultura orgânica</b>	
Sim	9
Não	12
<b>6. Dispõe de reserva legal</b>	
Sim	9
Não	12
<b>7. Existe mata ciliar (APP)</b>	
Sim	6
Não	8
<b>8. Água de superfície</b>	
Córregos/riachos/rios	8

Nascentes ou minas	5
Represa, açude ou tanque	2
<b>9. Declividade no lote</b>	
Predominantemente plano	9
Predominantemente em declive	7
Parte plano outra declive	5
<b>10. Tipo de manejo</b>	
Convencional (adubação, calagem...)	15
Tradicional (sem adubação química)	
Plantio direto	2
Misto	5
<b>11. Curva de nível e conservação</b>	
No lote todo	13
Em parte do lote	5
Não há	3
Há erosões, voçorocas, ravinas	
<b>12. Origem da água para agropecuária</b>	
Chuva	4
Poço fundo	2
Poço caçimba	9
Represa	2
Mina ou córrego	1
Rede de Abastecimento	1
<b>13. Apoio à preservação</b>	
Recebe	3
Não recebe	18
<b>14. Uso área reserva ou água de superfície</b>	
Não utiliza	15
Utiliza	2
Projeto agroflorestal	
<b>15. Recebeu alguma notificação ambiental</b>	
Não	21
Sim	

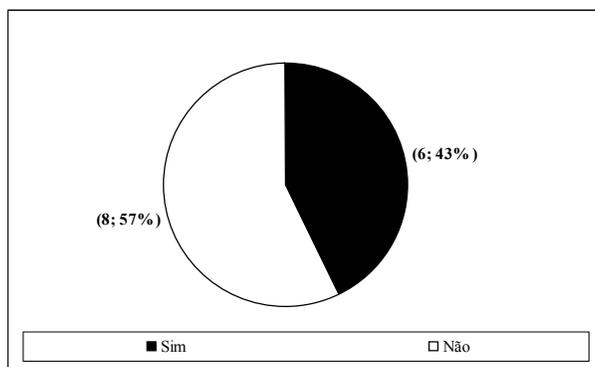
Os indicadores apresentam pontos para a inserção e ação de uma gestão patrimonial ambiental mais efetiva e naqueles onde se tem uma certa forma gestacional de um empenho maior no sentido de que os órgãos gestores e os assentados viabilizem essa caracterização ambiental para promoção de uma gestão participativa.

A figura 1 apresenta os lotes com áreas de reserva legal.

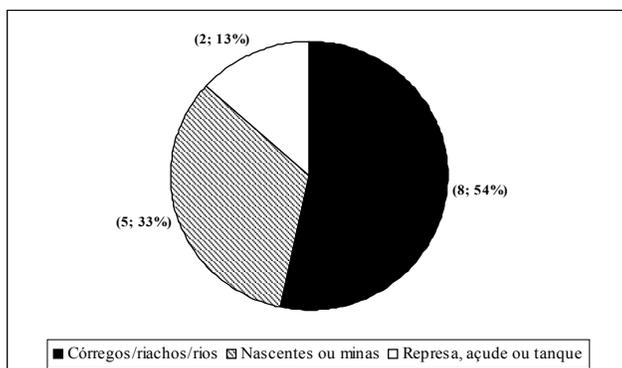


**Figura 1** – Áreas de reserva legal nos lotes de produção

Além da área de reserva separada no início do assentamento, conforme relatos de diários de Campo, uma parte considerável dos lotes de produção possuem áreas de importância ambiental para o Núcleo III do Assentamento Monte Alegre. O mesmo se aplica às matas ciliares e águas de superfície, conforme figuras 2 e 3.



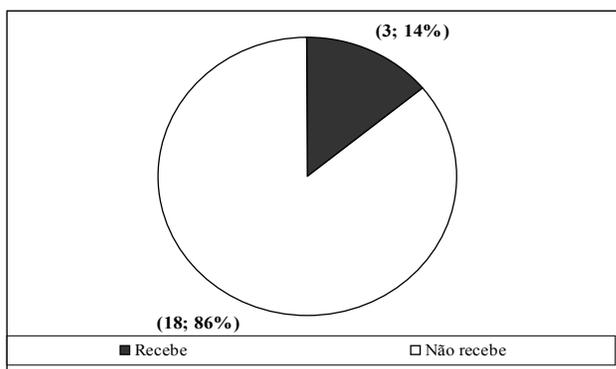
**Figura 2** – Presença de matas ciliares nos lotes de produção



**Figura 3** – Presença de águas de superfície

Essas áreas são de imprescindível ação participativa à gestão patrimonial. Do universo total dos vinte e um formulários, apenas sete não possuem águas de superfície.

A figura 4 demonstra a ação dos órgãos gestores sobre essas áreas de importância ambiental, conforme dados constantes nos formulários.



**Figura 4** – Titulares de lote que afirmam receber ou não apoio técnico para preservação

Isso demonstra um desencontro de ações ou ações muito díspares de gestão ambiental: de um lado, os órgãos gestores, de outro, os assentados a pesquisa tem procurado interpretar, em diferentes situações, esses desencontros. O apoio técnico na questão ambiental tem sido inconsistente. Parece não entrar, nas prioridades da assistência técnica, a questão ambiental.

Todos os entrevistados afirmam nunca terem recebido qualquer notificação dos órgãos gestores no que concerne às questões ambientais. Esse item do formulário teve 100% de “não”. São dados importantíssimos a ser retomados no decorrer da pesquisa.

#### PERTENCIMENTO

Os sentimentos de pertencimento são detectados através de ações/motivações que os assentados têm ou de sua participação na vida social, conforme apontamentos de Sulpino (2002).

Da mesma forma, indicativos de não pertencimento ao contexto dos assentamentos são perceptíveis nas formas de participação não só dos espaços sociais de convivência, mas também no conhecimento ou atividade direta, na apropriação das políticas públicas disponíveis para os assentados, voltadas ao desenvolvimento.

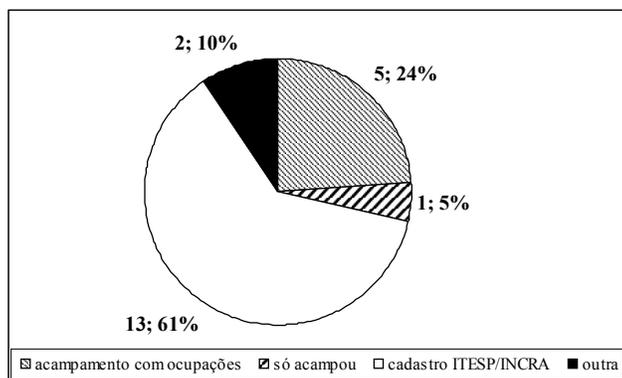
Mas há de se considerar – isso foi possível perceber nas idas a campo – o descontentamento de muitos assentados com as formas e frentes de oportunidades de financiamentos e amparos. O assentado por vezes se vê desiludido com as atuais propostas e, nesse caso, ao invés do pertencimento, vê-se o isolamento.

A Tabela 2 apresenta esses indicadores categorizados na esfera da sociabilidade.

**Tabela 2**  
Indicadores de sociabilidade para a análise do conceito de pertencimento

INDICADORES (Sociabilidade)		4. Participação nas seguintes organizações atuais	
PERTENCIMENTO	Nº LOTES	MST	
<b>1. Processo de chegada no assentamento</b>		Sindicato	3
acampamento com ocupações	5	Pastoral da terra	
só acampou	1	Outras pastorais	4
cadastro ITESP/INCRA	13	MAST	
Outra	2	Partido Político	
<b>2. Presença no assentamento desde o início</b>		Associação de Produtores	1
Sim	14	COCAMP	
Não	7	Outra cooperativa	1
<b>3. Participação em movimentos início do Ass.</b>		Igreja Evangélica	8
MST	1	Grupo de produção ou máquina	
Sindicato	13	CDC, CEDIR associações sociais	
MAST		UNICAMPO	1
Outra	2	<b>5. Momentos Festivos</b>	
		festas tradicionais do assentamento	8
		festas comunitárias comemorativas	9
		festas religiosas	9
		festas familiares	12

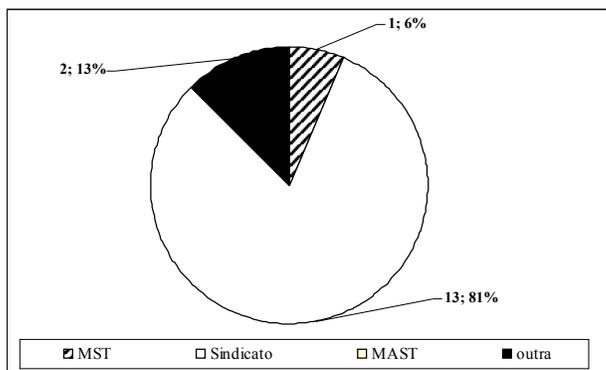
A primeira análise interessante a ser feita é a maneira como o assentado chegou ao assentamento. O pertencimento está diretamente ligado à história de vida. O pertencer associado à luta pela terra por meio de acampamento e/ou ocupação são indicadores fortíssimos da natureza do vínculo do assentado ao assentamento. Isso quer dizer que o cadastro nos órgãos gestores não indica, de fato, a raiz de pertencimento dos assentados que se enquadram nessa categoria. A figura 5 representa melhor essa ponderação.



**Figura 5** – Processo de chegada no assentamento

A grande maioria dos assentados entrevistados chegaram ao Núcleo III através dos cadastros no ITESP (61%) e são a maioria que está nesse espaço, desde o início do assentamento (quatorze dos vinte e um entrevistados).

A figura 6 apresenta a participação em movimentos no início do assentamento.



**Figura 6** – Participação em movimentos sociais no início do assentamento

Esse indicador é importantíssimo para a compreensão do pertencimento dos assentados bem como a compreensão dos fatores que levam os assentados a se desvincular da luta coletiva quando chegam à posse da terra. Isso é verificado no indicador participação em organizações/movimentos sociais atualmente. Dos treze sub-itens dessa categoria aqueles que são apontados como participação no início do assentamento têm, no segundo momento, representações quase nulas, o que sugere modificações de vínculos, o aflorar de diferenças, muitas vezes, o desencantamento com os mediadores, outras, a emergência de conflitos que interferem, sem anular, nos indicadores de enraizamento e pertencimento.

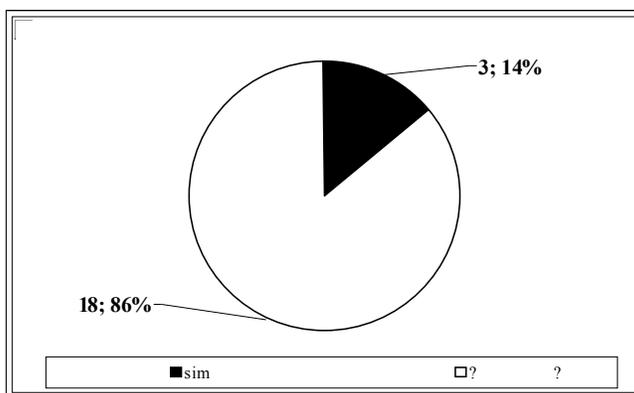
Um dado positivo para compreensão do pertencimento são as festas tradicionais do assentamento como festas juninas, dia das crianças, etc. como sendo tradições ainda preservadas pelos assentados.

A tabela 3 expressa a categoria políticas públicas, o envolvimento/participação do entrevistado ou simples conhecimento da existência de tais políticas.

**Tabela 3**  
Indicadores de participação e conhecimento de políticas públicas para a análise do conceito de pertencimento

INDICADORES (Políticas públicas)	
PERTENCIMENTO	Nº LOTES
<b>1. Participação em programas públicos</b>	
Sim	3
Não	18
<b>2. Linhas de crédito atualmente</b>	
Sim	12
Não	9
<b>3. Recebe assistência técnica</b>	
Sim	20
Não	
<b>4. Participa de programas de outros desenvolvimento econômico</b>	
Sim	
Não	21
<b>5. Conhecimento dos programas municipais de des. Econ.</b>	
Conhece	8
Não Conhece	12

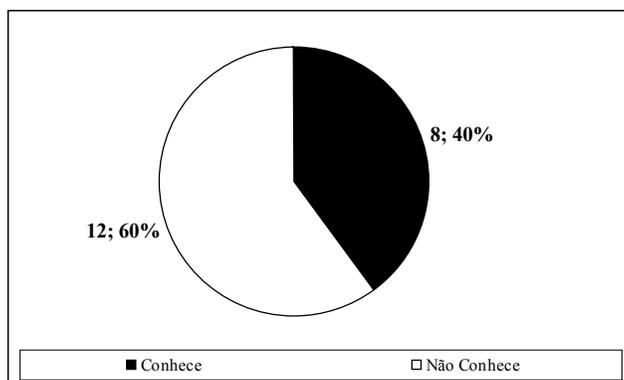
Essas questões serão melhor discutidas e aprofundadas dada a relevância dos indicadores. Constata-se grande distanciamento dos assentados com as oportunidades que as políticas públicas fornecem para seu desenvolvimento ou por outro lado, o desconhecimento ou inacessibilidade desses recursos ou provimentos. As figuras 7 e 8 apresentam essas considerações.



**Figura 7** – Participação em programas públicos

Grande parte dos entrevistados não participam dos programas municipais dirigidos os pequenos produtores assentados. Nenhum dos vinte e um entrevistados participa de programas de desenvolvimento econômico local, o que indica, minimamente bloqueios na relação com órgãos gestores que poderiam atuar diferentemente na mediação com o poder local.

Contudo, temos uma quantidade considerável de assentados que possuem linhas de crédito para produção (doze entrevistados dentre os vinte e um).



**Figura 8** – Desconhecimento de programas públicos municipais

O desconhecimento de programas públicos municipais é intrigante já que afirmam receber 100% de assistência técnica e informativa do órgão gestor dos assentamentos. Essas informações não são repassadas aos assentados? Não há presença atuante do poder público municipal sobre o núcleo para que as informações sejam democratizadas?

Outro contraponto detectado nos indicadores é a forte atuação/ presença dos órgãos gestores (ITESP) no dia a dia dos assentados, diferentemente da ausência da ação gestora constatada em questões ambientais. Questões de pertencimento e patrimonialidade ambiental são conjuntamente importantes. Uma análise dessas particularidades é de suma importância, desde que partimos do princípio de que os assentamentos representam expressões de gestão inovadora do território, para a quais indicadores de patrimonialidade e gestão ambiental são imprescindíveis.

#### 4. ELEMENTOS PARA REFLEXÃO: UM ITINERÁRIO DE QUESTÕES POLÊMICAS

Os conceitos de patrimonialidade e pertencimento estão presentes nas documentações e nos discursos e proposta dos órgãos gestores e públicos federais e estaduais com algumas experiências de sucesso e implantação ainda bastante isoladas.

Os estudos de Vieira e Weber (2000) dos conceitos e a aplicabilidade possíveis são instrumentos de ação que atualmente o Gestar assume em seus Cadernos para formulação de propostas de gestão compartilhadas e vivenciadas com os principais atores do processo, os assentados.

Nos indicadores coletados e organizados pelo NUPEDOR são visíveis os (des) encontros e conflitos de posicionamentos entre o que se propõe e o que efetivamente se faz.

Nos formulários que se destinaram à verificação de uma proposta de gestão patrimonial ambiental veem-se os caminhos diferentes tomados pelos assentados e aqueles assumidos pelo órgão gestor. Nem mesmo a área de reserva destinada à preservação ambiental foi fiscalizada, amparada. Como se constatou, 57% de área de reservas nos lotes a mesma quantidade de matas ciliares e quase 60% de águas de superfície não têm um mínimo de acompanhamento e assistência técnica para essas realidades ambientais.

Esse pertencimento e identificação os incomodam, o que os leva a “cobrar” dos órgãos gestores uma ação direcionada, um posicionamento referente, especialmente a retirada dos eucaliptos da área de reserva.

Há num dos entrevistados na atividade de campo a transparente indignação e isso era comum em muitos outros assentados. O fato do órgão gestor culpá-los pela retirada dos eucaliptos prometendo inclusive sindicância para identificação dos culpados e propondo até o risco de perda do lote é visto como uma dissimilação face à inércia do órgão gestor nas questões ambientais.

Encontra-se em matéria jornalística datada de 09 de agosto de 2007 do jornal Tribuna Imprensa matéria de Richard Selestino sobre a acusação do ITESP contra assentados descrita abaixo:

Uma área de 290 hectares com plantação de eucaliptos está sendo devastada por dezenas de moradores do Assentamento Monte Alegre. Eles invadiram o local de posse de caminhões, serra elétrica e facões e iniciaram a remoção ilegal das árvores, que segundo a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) estão em área de reserva legal. A ação dos assentados teria ocorrido em protesto à não decisão do órgão em permitir a remoção da madeira como forma de subsistência da população local em troca do reflorestamento de toda extensão com vegetação nativa. “A área foi definida como de reserva legal durante o processo de entrega de lotes aos agricultores”, explica Roberto Parisati, da regional do Itesp de Araraquara. Segundo Parisati, o órgão não contabiliza o número exato de assentados que atuam no desmatamento da reserva. Porém, após a identificação, eles serão notificados e devem sofrer punições. Nesses casos, o Itesp abre um processo administrativo que pode resultar na perda do lote. (SELESTRINO, 2007, p. 16).

Percebe-se no artigo que em nenhum momento um assentado é entrevistado. Há apenas uma fala: a do ITESP. O fato de encostarem caminhões com serras e facões não traduz a realidade de vida dos assentados

daquela localidade. Essas considerações foram também apontadas em nossos diários de campo na Agrovila do Núcleo III. Isso demonstra a urgência de projetos de gestão.

É necessário um envolvimento maior tanto dos assentados como dos órgãos gestores, universidades e administrações municipais na elaboração de projetos que promovam ações efetivas de gestão em patrimonialidade ambiental voltados à recuperação de áreas devastadas bem como a aspectos preventivos que, no caso do Monte Alegre III não se restrinjam à área demarcada, mas que perpassem os lotes dos assentamentos também.

Os projetos para financiamento e execução estão nos discursos e nas documentações do Gestar, do Incra, do Itesp é preciso se efetivar em ações direcionadas para os espaços dos assentamentos rurais.

Nesse sentido a escola tem um papel fundamental no processo dessa construção coletiva que não é apenas perceptivo, mas envolve muitos outros aspectos, inclusive e principalmente, o retorno dos assentados para os movimentos e as lutas do princípio da conquista da terra, o revigoramento do sentimento de pertencimento.

Outros espaços de sociabilidade e educação não formal são também propícios ao despertar de todos para o bem comum de que são “donos” e responsáveis diretos pela preservação bem como para com a recuperação daquilo que já foi destruído, degradado. Questões que têm que entrar necessariamente na agenda de pesquisa sobre assentamento e nas ações de intervenção por parte dos poderes públicos, dos agentes políticos de mediação. Sem o enfrentamento das questões ambientais, o futuro dos assentamentos pode ser castrado na sua busca por sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Manual para elaboração e implantação de projetos de recuperação e conservação de recursos naturais em assentamentos de reforma agrária*. Brasília/DF: MDA/INCRA, 2006a.

BRASIL. *Referências conceituais e metodológicas para gestão ambiental em áreas rurais*. Cadernos Gestar nº 1. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília/DF: MMA, 2006b.

BRASIL. *Procedimentos para a elaboração do plano de gestão ambiental rural – PGAR, no âmbito GESTAR*. Cadernos Gestar nº 2. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília/DF: MMA, 2006 c.

D'AQUINO, T. Apresentação. Retratos de Assentamentos. Araraquara: NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) e Programa de Pós Graduação em Sociologia FCL – UNESP/Araraquara, *Cadernos de Pesquisa*, ano II, n. 4, p. 5-7, 1995.

FERRANTE, V. L. S. B. Experiências recentes de reforma agrária no Brasil: a sustentabilidade (re) construída? Retratos de Assentamentos. Araraquara: NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) e Programa de Pós Graduação em Sociologia FCL – UNESP/Araraquara, *Cadernos de Pesquisa*, ano VI, n. 8, p. 7-18, 2000.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A maioria dos Assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V. L. S. B. JUNIOR, O.A. *Assentamentos rurais: impasses e dilemas* (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA – Superintendência Regional de São Paulo, 2005.

LOPES, D. L. ; COSTA, S. A. Agrodiversidade e sustentabilidade em assentamentos de reforma agrária. In: WHITAKER, D. C. A. *Sociologia Rural*. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2002.

SÃO PAULO. *Pontal Verde: Plano de recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema*. 2ª ed. São Paulo: ITESP, 2000.

SELESTRINO, R. Área de reserva legal é devastada no Monte Alegre. *Jornal Tribuna Imprensa*, Araraquara, 09 ago. 2007. Caderno Editora Cidades, p. 16.

SULPINO, M. P. L. *Conceito de etnicidade: breve revisão teórica*. Par’A’Iwa Revista dos pós graduando em sociologia da UFPB. João Pessoa, PB: n° 2, junho de 2002. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/paraiwa/02-sulpino.html>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Orgs.) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.